

EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ DE DIREITO DO XXX JUIZADO ESPECIAL DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER DA CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DE XXXXXXXX-UF

Autos n.º

FULANO DE TAL, devidamente qualificado nos auto do processo em epígrafe, vem à presença de Vossa Excelência, com fulcro no artigo 403, §3º do Código Processo Penal, pela Defensoria Pública do Distrito Federal, apresentar alegações finais em

MEMORIAIS

nos termos que passa a expor

I. DOS FATOS.

Segundo o fato narrado na denúncia (fls. XX), cuja leitura remetemos, no dia XXX, na ENDEREÇO, de forma livre e consciente, com a intenção de lesionar, teria ofendido a integridade corporal da vítima **FULANO DE TAL**, sua ex-companheira, causando-lhe as lesões corporais descritas no Laudo de Exame de Corpo de Delito de fls. XX, prevalecendo-se das relações domésticas de hospitalidade e familiares.

O Laudo de Exame de Corpo de Delito foi juntado às fls. XX.

A denúncia foi recebida em XX de MÊS de ANO (fl. X). O réu foi citado (fl. X) e apresentou resposta à acusação à fl. X.

Na audiência de instrução e julgamento a vítima foi ouvida (fl. X) e o réu foi interrogado (fl. X).

Em alegações finais, o Ministério Público requereu a procedência da pretensão punitiva (fls. XX).

Em que pese o entendimento do “Parquet”, a pretensão acusatória não pode ser acolhida.

II. DO MÉRITO.

Quanto ao delito de lesão corporal, a vítima realmente confirmou que fora agredida por FULANO DE TAL. Disse que sofreu tapas, puxões de cabelo e chutes nas pernas.

O réu, ao seu tempo, disse que apenas agrediu a vítima para se defender. Contou que recebeu um telefonema de um vizinho informando que suas filhas estavam sozinhas em casa. Lá chegando, a vítima realmente não estava na residência, motivo pelo qual pediu para sua filha mais velha ligar para FULANO DE TAL. Ao retornar para casa, a vítima teria agredido o réu que, para se defender, também agrediu a vítima. Disse acreditar que o ferimento na boca ocorreu porque a vítima mordeu sua jaqueta.

Com efeito, a reação do réu foi imediata à agressão recebida. No calor dos acontecimentos não é possível separar a agressão da reação. Ambas aconteceram no mesmo contexto fático, motivo pelo qual deve a legítima defesa ser reconhecida.

Quanto ao argumento da acusação no sentido de que a boca da vítima não poderia ter sido lesionada pela jaqueta do réu, é de se observar que a afirmação não passa de uma possibilidade sem qualquer comprovação. Ora, a acusação não possui qualidades médicas para afastar a versão do réu. Caso realmente pretendesse afastar a possibilidade, deveria pedir esclarecimentos ao IML na fase do artigo 402 do CPP. No entanto, preferiu fundamentar sua pretensão em elucubrações sem qualquer suporte fático.

Ora, ao que tudo indica, a vítima realmente havia deixado as filhas sozinhas em casa, fato que ela confirmou perante a

autoridade policial (fl. X). Ao retornar ao local, certamente os ânimos já estavam exaltados. A partir daí, ao contrário do que afirma o Ministério Público, não há certeza da dinâmica dos fatos.

A vítima realmente sustentou que fora deliberadamente agredida por FULANO DE TAL. O réu, por outro lado, afirmou em Juízo que apenas repeliu agressão injusta. Não há testemunhas, vídeos ou áudios.

Assim, a verdade é que os fatos não restaram devidamente esclarecidos e havendo uma dúvida razoável sobre a legítima defesa, deve esta ser reconhecida a favor do réu, tal qual dispõe o inciso VI do artigo 386 do CPP após a reforma introduzida pela Lei 11.690/08. Confira-se:

Art. 386. O juiz absolverá o réu, mencionando a causa na parte dispositiva, desde que reconheça:

VI – existirem circunstâncias que excluam o crime ou isentem o réu de pena (arts. 20, 21, 22, 23, 26 e § 1º do art. 28, todos do Código Penal), **ou mesmo se houver fundada dúvida sobre sua existência;**

Assim, ausentes provas seguras, deve o réu ser absolvido.

Com efeito, em boa hora a lição de JÚLIO FABBRINI MIRABETE:

"O juiz, firmando sua convicção de acordo com a livre apreciação da prova (art. 157), deve julgar improcedente a ação, absolvendo o acusado, quando ocorre uma das hipóteses mencionadas no dispositivo. A primeira delas é estar provada a inexistência do fato. Também tem lugar

absolvição quando o juiz reconhece 'não haver prova da existência do fato'. Nessa hipótese, embora com indícios da ocorrência do ilícito se tenha instaurado a ação penal, não ficou comprovada cumprimamente sua materialidade". (Comentários ao art. 386 e incisos do CPP).

Embora não se desconheça que o depoimento da vítima possui valoração especial nos crimes referentes à violência doméstica, é incontestado a necessidade de um suporte probatório mínimo a corroborar sua versão para que não se distancie da Justiça. Nesse sentido, oportuna a colação do seguinte julgado do Egrégio Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, in verbis:

PENAL E PROCESSUAL PENAL. APELAÇÃO. AMEAÇA. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER. PALAVRA DA VÍTIMA. AUSÊNCIA DE OUTROS ELEMENTOS DE PROVA. IN DUBIO PRO REO. ABSOLVIÇÃO. 1. **Nos crimes praticados contra mulher em contexto de violência doméstica, ocorridos normalmente em ambiente privado, às escondidas, sem a presença de testemunhas, a palavra da vítima recebe relevo especial, desde que em consonância com outros elementos de convicção.** 2. **Na hipótese em que não há qualquer outra prova corroborando a versão da vítima, que se mostra isolada nos autos, impõe-se, sob o pálio do princípio do in dubio pro reo, a absolvição do réu por não existir prova suficiente para sua condenação, nos termos do Art. 386, VII, do CPP.** 3. **Recurso provido para absolver o réu.** (Acórdão 1289249, 0063029820188070016, Relator: CRUZ MACEDO, 1ª Turma Criminal, data de julgamento: 1/10/2020, publicado no PJe: 15/10/2020. Pág.: Sem Página Cadastrada.)

Sabe-se que a condenação criminal, em atenção ao princípio da não culpabilidade ou do estado de inocência, pressupõe

a existência de um conjunto de provas incontestas acerca da materialidade e autoria delitivas, o que, definitivamente, não se logrou coligir nos presentes autos.

Ante o exposto, a Defesa requer a absolvição do réu com fulcro no artigo 386, inciso VI, do Código de Processo Penal.

Termos em que pede deferimento.

LOCAL E DATA

FULANO DE TAL

DEFENSOR PÚBLICO